

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM
GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA SPI
– SOCIEDADE PARA PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **SPI – SOCIEDADE PARA PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n.º 913, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.719.882/0001-14, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora” ou “Companhia”);

Como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures (“Debenturistas”) da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para distribuição pública, da Emissora, objeto da Escritura de Emissão (conforme definida abaixo);

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com sede na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 04, sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 (“Agente Fiduciário”); e

Como intervenientes-anuentes,

(c) **PARTÍCIPES EN BRASIL S.L., UNIPERSONAL**, companhia organizada e constituída sob as leis da Espanha, com sede no Paseo de la Castellana, 259 D, CP 28046, Torre Espacio, Madri, Espanha, neste ato representada de acordo com seus documentos constitutivos (“Partícipes”); e

(d) **OHL CONCESIONES, S.A.**, companhia organizada e constituída sob as leis da Espanha, com sede na Paseo de la Castellana, 259 D, CP 28046, Torre Espacio, Madri, Espanha, neste ato representada de acordo com seus documentos constitutivos (“OHL Concesiones” e, em conjunto com a Emissora e Partícipes as “Partes Obrigadas”);

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da SPI – Sociedade para Participações em Infraestrutura S.A.” (“Escritura de Emissão”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições.



Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das debêntures objeto desta Escritura de Emissão (“Debêntures”), a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476”) (“Emissão” e “Oferta Restrita”, respectivamente, podendo ser genericamente referidas simplesmente como “Oferta Restrita”), bem como a celebração da presente Escritura de Emissão, serão realizadas com base nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas da Emissora realizadas em 20 de abril de 2012 e 26 de abril de 2012 (“AGEs”), que aprovaram a proposta de realização da Oferta Restrita encaminhada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reuniões realizadas em 20 de abril de 2012 e 26 de abril de 2012 (“RCAs”), conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão das Debêntures objeto desta Escritura de Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Dispensa Automática de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.1.1. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação.

2.1.1.2. Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA.

2.1.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e Publicação das Atas das AGEs e das RCAs

2.1.2.1. As atas das AGEs que deliberaram sobre a Oferta Restrita e as atas das RCAs que encaminharam sua respectiva proposta às AGEs serão arquivadas na JUCESP e publicadas no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) DCI – Diário do Comércio Indústria & Serviços, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.



2.1.3. Registro da Escritura de Emissão e de seus Aditamentos

2.1.3.1. A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o inciso II e §3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.4. Registro para Colocação Primária e Custódia Secundária

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição pública com esforços restritos no mercado primário no SDT – Módulo de Distribuição e Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP, e (ii) negociação mercado secundário no SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e organizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5. Negociação

2.1.5.1. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados (conforme termo definido abaixo), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, dos itens do artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.1.6. Objeto Social da Emissora

2.1.6.1. Nos termos de seu Estatuto Social, constitui objeto social da Emissora a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras.


Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

3.1. Número da Emissão

3.1.1. Para todos os fins, esta Escritura de Emissão representa a 2ª emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Número de Séries

3.2.1. A Emissão será realizada em série única.



3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 3.000 (três mil) Debêntures.

3.5. Destinação de Recursos

3.5.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados para o pagamento do saldo de principal e juros em aberto das debêntures emitidas pela Emissora, em 10 de setembro de 2010, por meio do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da SPI – Sociedade para Participações em Infraestrutura S.A." datado de 10 de setembro de 2010 ("Debêntures da 1ª Emissão"); devendo o saldo ser utilizado para o aditamento do empréstimo concedido pela Emissora à Partícipes por meio do Contrato de Abertura de Linha de Crédito celebrado entre a Emissora e a Partícipes em 19 de julho de 2010, conforme alterado ("Contrato de Empréstimo"), por meio do qual a Emissora (a) aumentará o montante total da linha de crédito, e (b) estenderá o prazo para o pagamento de principal e juros no âmbito do Contrato de Empréstimo, respeitado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme termo definido abaixo).

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.6.1. O banco mandatário e o agente escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" ou "Agente Escriturador").

3.7. Regime de Colocação e Plano de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26 ("Coordenador Líder") e do Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2.235, inscrita no CNPJ/MF sob o

nº 90.400.888/0001-42 ("Santander" e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores") conforme o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Em Série Única, da Espécie com Garantia Real, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 2ª Emissão de Debêntures da SPI – Sociedade para Participações em Infraestrutura S.A." a ser celebrado entre as Partes Obrigadas e os Coordenadores ("Contrato de Colocação").

3.7.2. Nos termos do caput do art. 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de Debêntures com garantia real e com esforços restritos de colocação, por meio da Instrução CVM 476, dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data de encerramento da Oferta Restrita.

3.7.3. O plano de distribuição pública com esforços restritos seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme termo definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado ainda o prazo disposto na Cláusula 3.7.2 acima.

3.7.4. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" os referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado que: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) de referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.7.5. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.7.6. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos (observado o disposto no Item 3.7.4 acima), sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o Plano de Distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.7.7. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures. Serão atendidos os Investidores Qualificados que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação dos Coordenadores com esses

DIFUR

clientes, bem como outros investidores e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes dos Coordenadores, desde que tais investidores sejam considerados Investidores Qualificados, e atestem seus conhecimentos e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures, observando-se, ainda, considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora.

3.7.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.7.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.7.10. No ato de subscrição ou aquisição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outros, estar cientes de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável.

3.7.11. O encerramento da Oferta Restrita será informado pelos Coordenadores à CVM, nos termos da Instrução CVM 476, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data de encerramento da Oferta Restrita (“Comunicação de Encerramento”).

3.7.12. Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures, sob o regime de garantia firme de subscrição, válida desde o início do período de distribuição até o dia 30 de maio de 2012.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 02 de maio de 2012 (“Data de Emissão”).

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) (“Valor Nominal Unitário”).

4.3. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.3.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

DIR. J. 11

4.3.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista titular, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

4.4. Espécie

4.4.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos da Cláusula 4.13 abaixo.

4.5. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.5.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização ("Preço de Subscrição").

4.5.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição, em moeda corrente nacional, por meio do SDT.

4.6. Data de Vencimento

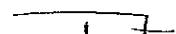
4.6.1. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 3 (três) anos, vencendo-se, portanto, em 04 de maio de 2015 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

4.7. Amortização do Valor Nominal

4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será integralmente amortizado na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de amortização antecipada das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

4.8. Remuneração

4.8.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures.



4.8.2. A partir da Data de Emissão, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, incidirão juros correspondentes à variação acumulada correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa ou spread de 2,775% (dois inteiros e setecentos e setenta e cinco milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- | | |
|-------------|--|
| J | valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento; |
| VNe | Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; |
| Fator Juros | Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma: |

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

- | | |
|---------|--|
| FatorDI | produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma: |
|---------|--|

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

DIFUR

2

17

onde:

- n número total de Taxas *DI-Over* consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
- TDI_k Taxa *DI-Over* de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- DI_k Taxa *DI-Over* de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e
- FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

- spread* 2,7750;
- DP É o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.



Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração.

4.8.3. *Ausência de Divulgação:* No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, para cálculo da Remuneração, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja um parâmetro legal substituto para a Taxa DI, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").

4.8.3.1. Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, conforme referido acima, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo), no modo e prazos estipulados na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser aplicado.

4.8.3.2. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme termo definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, cancelando-as subsequentemente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, ou em prazo mais extenso a ser definido pelos Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, de comum acordo com a Emissora, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de



Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula da Cláusula 4.8.2, sendo que a taxa DI_k a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última taxa DI_k disponível.

4.8.4. Para fins do cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das Debêntures no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das Debêntures. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.8.5. Define-se “Saldo do Valor Nominal Unitário” como o Valor Nominal Unitário remanescente após a realização de amortizações das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 4.10.1 abaixo.

4.8.6. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso nesta Escritura de Emissão, entende-se por “Dia Útil” qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados nacionais ou na Cidade de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

4.8.7. *Pagamento da Remuneração.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 02 de novembro de 2012 e o último na Data de Vencimento (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

4.8.8. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.9. Repactuação

4.9.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.10. Amortização Parcial Facultativa, Resgate Antecipado Total Facultativo e Aquisição Facultativa

4.10.1. As Debêntures poderão ser amortizadas antecipadamente, de forma parcial, e limitada a 99% (noventa e nove por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, a exclusivo critério



da Emissora, mediante Comunicação de Amortização ou Resgate (conforme termo definido na Cláusula 4.10.3 abaixo) (“Amortização Parcial Facultativa”), caso em que o cálculo do montante a ser pago será feito com base na parcela do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto da Amortização Parcial Facultativa, conforme aplicável, acrescida (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Última Data de Pagamento da Remuneração até a data da efetiva Amortização Parcial Facultativa e (b) de prêmio, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto da Amortização Parcial Facultativa, conforme aplicável, calculado *pro rata temporis* sobre o prazo remanescente das Debêntures até a Data de Vencimento, correspondente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano (“Prêmio de Amortização Parcial Facultativa”), conforme a seguinte fórmula:

$$P = d/D * PR * VNe$$

onde:

P = Prêmio de Amortização Parcial Facultativa;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data da efetiva Amortização Parcial Facultativa e a Data de Vencimento;

D = quantidade de dias corridos entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento;

PR = 0,015;

VNe = parcela do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto da Amortização Parcial Facultativa, conforme aplicável.

4.10.2. As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, a exclusivo critério da Emissora, mediante Comunicação de Amortização ou Resgate e desde que tal resgate seja da totalidade das Debêntures em Circulação (“Resgate Antecipado Facultativo Total”), caso em que o cálculo do montante a ser pago será feito com base no Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e (b) de prêmio, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, calculado *pro rata temporis* sobre o prazo remanescente das Debêntures até a Data de Vencimento, correspondente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano (“Prêmio de Resgate Antecipado”), conforme a seguinte fórmula:

$$P = d/D * PR * VNe$$

onde:

P = Prêmio de Resgate Antecipado;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento;

D = quantidade de dias corridos entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento;

DIFJUR

2

1

PR = 0,015;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável.

4.10.2.1. As Debêntures resgatadas antecipadamente deverão ser canceladas.

4.10.3. A Amortização Parcial Facultativa e o Resgate Antecipado Facultativo Total deverão ser realizados mediante comunicação pela Emissora ao Agente Fiduciário e à CETIP, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, sendo que tal notificação deverá informar (a) a data do Amortização Parcial Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme aplicável, (b) a menção do valor e do cálculo do montante a ser pago, e (c) o procedimento a ser adotado para a realização da Amortização Parcial Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme aplicável, que será realizado de acordo com as regras da CETIP ("Comunicação de Amortização ou Resgate").

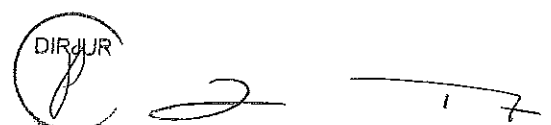
4.10.4. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, observada as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476, bem como o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 4.10.4, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das Debêntures aplicável às demais Debêntures em Circulação.

4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. Observado o disposto nas Cláusulas 4.11.2 a 4.11.5.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme seja o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ciência da ocorrência dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (b) inadimplemento, por qualquer das Partes Obrigadas, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures (incluindo, mas não se limitando a, as obrigações oriundas dos Contratos de Garantia, conforme termo definido abaixo), se não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do inadimplemento ou no prazo estabelecido para sanar o inadimplemento, se houver;

DIR JUR



- (c) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de qualquer das Partes Obrigadas ou da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 913, 6º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.919.555/0001-67 ("Companhia Brasileira") com os Debenturistas ou qualquer empresa do grupo financeiro ao qual os Debenturistas pertençam;
- (d) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias com terceiros (i) da Emissora de valor mínimo, individual ou conjuntamente considerado, equivalente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); (ii) da Companhia Brasileira de valor mínimo, individual ou conjuntamente considerado, equivalente a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), (iii) da Partícipes de qualquer valor; ou (iv) da OHL Concesiones de valor mínimo, individual ou conjuntamente considerado, equivalente a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), desde que, em qualquer dos casos, o inadimplemento não seja sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis da data em que a parte seja instada a realizar o pagamento. Os valores mencionados nos itens (ii), (ii) e (iv) deverão ser atualizados com base no Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M a partir da Data de Emissão;
- (e) caso a OHL Concesiones deixe de deter direta ou indiretamente o controle da Companhia Brasileira, da Emissora ou da Partícipes;
- (f) caso a OHL Concesiones deixe de ser controlada direta ou indiretamente pela Obrascon Huarte Lain S.A., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha;
- (g) (i) decretação de falência (ou qualquer procedimento similar aplicável) de qualquer das Partes Obrigadas ou da Companhia Brasileira; (ii) pedido de autofalência (ou qualquer pedido similar aplicável) por qualquer das Partes Obrigadas ou da Companhia Brasileira; ou (iii) liquidação, dissolução ou extinção de qualquer das Partes Obrigadas ou da Companhia Brasileira;
- (h) (i) pedido de falência (ou qualquer pedido similar aplicável) de qualquer das Partes Obrigadas ou da Companhia Brasileira formulado por terceiros não elidido no prazo legal aplicável, ou (ii) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial (ou qualquer pedido similar aplicável) de qualquer das Partes Obrigadas ou da Companhia Brasileira, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- (i) protestos de títulos contra (i) a Emissora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), (ii) a Companhia Brasileira, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), (iii) a Partícipes, em



qualquer valor, ou (iv) a OHL Concesiones, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) ou, caso cada uma das Partes Obrigadas e/ou a Companhia Brasileira seja(m) negativada(s) em qualquer cadastro dos órgãos de proteção ao crédito, como SERASA e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo (CCF) ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil e, em qualquer dos casos mencionados, que não sejam sanados ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que a sociedade em questão tiver ciência da respectiva ocorrência, ou for demandada em processo de execução e não garantir o juízo ou não liquidar a dívida no prazo estipulado judicialmente. Os valores mencionados nos itens (i), (ii) e (iv) deverão ser atualizados com base no Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M a partir da Data de Emissão;

- (j) caso qualquer das garantias oferecidas em relação às Debêntures seja objeto de questionamento judicial por qualquer terceiro ou pelas Partes Obrigadas, com a emissão, por juízo brasileiro ou internacional, de decisão, ainda que liminar ou precária, sentença ou acórdão (ou instituto jurídico de mesma natureza na jurisdição aplicável) sujeita a recurso, que, a critério dos Debenturistas, afete o exercício de qualquer de seus direitos sob as garantias e os efeitos de tal decisão, sentença ou acórdão sobre a garantia não sejam revertidos em sua plenitude no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data em que tenha sido pronunciada (“Prazo de 15 Dias”), exceto se, até o final do Prazo de 15 Dias tenha sido apresentada aos Debenturistas garantia substituta que lhes seja aceitável e, até 20 (vinte) dias contados do final do Prazo de 15 Dias, tenha sido a garantia substituta validamente constituída e formalizada (inclusive com registros nos cartórios pertinentes);
- (k) caso qualquer das declarações e garantias prestadas por qualquer das Partes Obrigadas em qualquer documento relacionado às Debêntures (incluindo, mas não se limitando a, esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia) provarem-se, em aspectos relevantes, falsas, incorretas ou enganosas;
- (l) não cumprimento, nos prazos legais aplicáveis de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra, (i) a Emissora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), (ii) a Companhia Brasileira, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), (iii) a Partícipes, em qualquer valor, ou (iv) a OHL Concesiones, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$35.000.000 (trinta e cinco milhões de reais). Os valores mencionados nos itens (i), (ii) e (iv) deverão ser atualizados com base no Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M a partir da Data de Emissão;



- (m) perda por qualquer motivo, transferência, desapropriação, confisco ou não renovação de qualquer concessão, licença ou autorização detida (i) pela Companhia Brasileira ou por qualquer de suas respectivas controladas que resulte em uma redução de 20% (vinte por cento) da receita bruta consolidada da Companhia Brasileira referente à parcela do recolhimento de pedágio calculada com base na exclusão, do último demonstrativo financeiro disponível antes de tal evento, da parcela da receita bruta diretamente relacionada à transferência, desapropriação, confisco ou não renovação de qualquer concessão, licença ou autorização em questão; ou (ii) pela OHL Concesiones, que afete razoavelmente o cumprimento de suas obrigações decorrentes das Debêntures e documentos relacionados;
- (n) caso a Companhia Brasileira deixe de ser listada, ou adote qualquer procedimento visando a tal exclusão de listagem, no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa");
- (o) ocorrência de qualquer evento (i) que razoavelmente afete a capacidade da OHL Concesiones ou da Partícipes de cumprir qualquer das obrigações assumidas em relação às Debêntures, incluindo, mas não se limitando, as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, ou (ii) que resulte em uma redução de 20% (vinte por cento) da receita bruta consolidada da Companhia Brasileira referente à parcela do recolhimento de pedágio calculada com base na exclusão, do último demonstrativo financeiro disponível antes de tal evento, da parcela da receita bruta diretamente relacionada ao evento em questão;
- (p) cisão, fusão, incorporação, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Partícipes, Companhia Brasileira, Emissora e suas controladas, sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures;
- (q) qualquer alteração no objeto social das Partes Obrigadas e da Companhia Brasileira ou seu tipo societário, sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures, salvo se, na hipótese de alteração no objeto social, as atividades resultantes da alteração forem diretamente relacionadas aos respectivos objetos sociais vigentes;
- (r) (i) redução de capital social da Emissora sem prévia aprovação da maioria dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as exceções previstas em referida lei, ou (ii) redução de capital social da Companhia Brasileira, exceto se o resultado for igual ou superior a R\$592.124.134,00 (quinhentos e noventa e dois milhões, cento e vinte e quatro mil, cento e trinta e quatro reais), que é o valor do capital social da Companhia Brasileira constante de suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011;



- (s) contratação de qualquer tipo de endividamento adicional pela Emissora, incluindo, mas não se limitando a, qualquer captação de recursos, a qualquer título, dívidas ou financiamentos de qualquer tipo, exceto por operações de derivativos contratadas com a finalidade exclusiva de proteção a exposições financeiras da Emissora;
- (t) não cumprimento pelas Partes Obrigadas das obrigações previstas nos Contratos de Garantia;
- (u) não cumprimento do Reforço de Garantia previsto na Cláusula 4.13.1 abaixo; e
- (v) não observância pela Companhia Brasileira do índice financeiro mencionado abaixo (“Índice Financeiro”), verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário, a ser calculado com base nas informações financeiras consolidadas da Companhia Brasileira, ao final de cada trimestre, a partir do trimestre encerrado em 31 de março de 2012, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Companhia Brasileira, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

	Índice
Dívida Líquida/EBITDA – Direito de Outorga Fixo Pago	Inferior ou igual a 3,75

Onde:

- i. considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Companhia Brasileira seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia Brasileira, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Companhia Brasileira menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Companhia Brasileira, considerar-se-ão como dívida.
- ii. considera-se como “EBITDA”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (a) despesas não operacionais; (b) despesas financeiras; e (c) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (a) receitas não operacionais; e (b) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

4.11.2. Ressalvadas as hipóteses previstas nos itens (b), (f), (h), (i), (m), (o), (p), (q), (r), (t) e (v) da Cláusula 4.11.1 acima, a ocorrência de quaisquer dos demais eventos da Cláusula 4.11.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

4.11.3. Na ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 4.11.1 acima, itens (b), (f), (h), (i), (m), (o), (p), (q), (r), (t) e (v), os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, deverão convocar, no prazo máximo de 03 (três) Dias Úteis a contar da data em que constatar sua ocorrência ou do fim do período de cura, conforme o caso, Assembleia Geral de Debenturistas. Se, em referida assembleia, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo) decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures por qualquer razão que seja, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberação em data posterior, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, não deverão declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.4. Adicionalmente ao disposto na Cláusula 4.11.3 acima, na hipótese de não convocação ou de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 4.11.5 abaixo.

4.11.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento da comunicação do Agente Fiduciário mencionada abaixo, do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o Saldo do Valor Nominal Unitário em Circulação que tiveram seu vencimento antecipado declarado, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.12 abaixo.

4.11.5.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata a Cláusula 4.11.5 acima, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.12. Encargos Moratórios

4.12.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não

DIFINUP

2

17


pagos pela Emissora, devidamente atualizados pela Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial a (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

4.13. Garantias

4.13. As Debêntures contarão com as garantias representadas por: (a) alienação fiduciária de ações ordinárias de emissão da Companhia Brasileira de titularidade da Partícipes, representativas de participação societária equivalente a 50% + 1 (cinquenta por cento mais uma) do total de ações da Companhia Brasileira, de acordo com os termos do “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças” a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e a Partícipes (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Companhia Brasileira”); (b) alienação fiduciária de 199.997 (cento e noventa e nove mil, novecentas e noventa e sete) ações ordinárias de emissão da Emissora de titularidade da OHL Concesiones representativas de aproximadamente 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) do total de ações da Emissora, de acordo com os termos do “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças”, a ser celebrado entre o Agente Fiduciário, a Emissora e a OHL Concesiones (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora”); (c) cessão fiduciária dos direitos de crédito (i) de contas correntes de titularidade da Emissora e (ii) do Contrato de Empréstimo, de acordo com os termos do “Contrato de Depósito Vinculado e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de Contas Bancárias e de Contrato de Empréstimo” a ser celebrado entre o Agente Fiduciário, a Emissora e a Partícipes (“Contrato de Cessão Fiduciária”); e (d) fiança da OHL Concesiones, de acordo com os termos do instrumento de constituição de fiança a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e a OHL Concesiones (“Fiança da OHL Concesiones” e, juntamente com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Companhia Brasileira, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, o Contrato de Cessão Fiduciária e a Fiança da OHL Concesiones, os “Contratos de Garantia”), observado que (I) os contratos mencionados nos itens (a), (b) e (c) acima possuem cláusula suspensiva por meio do qual as garantias por eles constituídas, ou parte delas, passam a ter eficácia somente após a liberação das ações da Companhia e da Emissora, bem como dos direitos decorrentes do Contrato de Empréstimo, dados em garantia das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito das Debêntures da 1ª Emissão, e (II) a fiança mencionada no item (d) acima garantirá (x) o pagamento da Remuneração das Debêntures, devendo essa garantia permanecer em pleno vigor e efeito até o efetivo pagamento da Remuneração e (y) o pagamento do principal das Debêntures, devendo essa garantia permanecer em pleno vigor e efeito até o envio de evidência ao Agente Fiduciário comprovando que todas as garantias da Oferta Restrita foram devidamente constituídas.

4.13.1 Caso as ações da Companhia Brasileira alienadas fiduciariamente no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Companhia Brasileira tenham, em qualquer momento entre a Data de





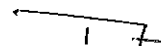
Emissão e a Data de Vencimento, um valor de mercado inferior ao correspondente a 150% (cento e cinquenta por cento) do saldo devedor da Emissão, observada a Cláusula 4.13.1.2 abaixo, a Emissora ficará obrigada a constituir, ou fazer com que seja constituído, reforço dessa garantia, por meio de gravame sobre novas ações da Companhia Brasileira ou, ainda, sobre certificados de depósito bancário do Coordenador Líder, de forma que a composição do valor de mercado das ações dadas em garantia por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Companhia Brasileira e eventual gravame sobre certificados de depósito bancário seja igual ou superior a 175% (cento e setenta e cinco por cento) do saldo devedor da Emissão ("Reforço da Garantia"). Caso o Reforço de Garantia seja superior a 175% (cento e setenta e cinco por cento) do saldo devedor da Emissão, a Emissora poderá solicitar ao Agente Fiduciário a liberação do excedente do Reforço de Garantia, observado sempre, como limites mínimos, (a) a alienação fiduciária de ações ordinárias de emissão da Companhia Brasileira de titularidade da Partícipes representativas de participação societária de, pelo menos, 50% + 1 (cinquenta por cento mais uma) do total de ações emitidas pela Companhia Brasileira, e (b) os bens dados em garantia no âmbito Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Companhia Brasileira, em conjunto com os certificados de depósito bancário que porventura venham a fazer parte do Reforço de Garantia, sejam em valor igual ou superior a 175% (cento e setenta e cinco por cento) do saldo devedor da Emissão. Para formalização do Reforço de Garantia, a Emissora compromete-se a celebrar, ou fazer com que seja celebrado, aditamentos aos respectivos Contratos de Garantia no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da verificação do valor das ações da Companhia Brasileira em questão.

4.13.1.1. O cálculo mencionado na Cláusula 4.13.1 acima deverá ser feito, diariamente, pelo Agente Fiduciário com base no preço de fechamento das ações da Companhia Brasileira na BM&FBovespa.

4.13.1.2. Após o prazo de 1 (um) ano contado da Data de Emissão, a Emissora terá o direito de propor novos parâmetros para o limite mínimo da garantia e para o limite de recomposição da garantia. Nessa hipótese, a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário para convocar, em até 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da referida notificação, uma Assembleia Geral de Debenturistas para discutir e deliberar sobre os limites propostos pela Emissora. Caso os referidos limites sejam aprovados, individualmente ou em conjunto, por Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em Circulação, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão celebrar aditamentos à Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia aplicáveis para refletir o(s) novo(s) parâmetro(s) aprovado(s) na referida Assembleia Geral de Debenturistas.

4.14. Local de Pagamento e Imunidade

4.14.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, conforme seus procedimentos, ou por meio do Banco



Mandatário das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.14.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. No entendimento do Banco Mandatário, caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata esta Cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

4.15. Prorrogação dos Prazos

4.15.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo ou na cidade da sede da Emissora, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.16.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.12 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração aplicável e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário.

4.17. Publicidade

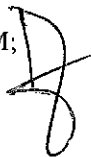
4.17.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser comunicados aos Debenturistas individualmente ou, caso não seja possível, veiculados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal DCI – Diário do Comércio Indústria & Serviços, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação.



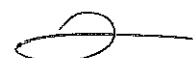
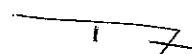
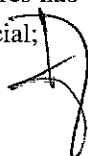
Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as seguintes obrigações, previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476:
 - (i) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (ii) submeter suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício à auditoria, pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernest & Young Terco Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, PriceWaterhouse Coopers Auditores Independentes ou BDO RCS Auditores Independentes e encaminhar tais informações ao Agente Fiduciário na data da respectiva publicação;
 - (iii) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, enviando-as, imediatamente, para o Agente Fiduciário;
 - (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário; e
 - (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM;



- (b) não promover quaisquer captações de recursos, a qualquer título, ou contrair outras dívidas ou financiamentos, exceto com relação às Debêntures e por operações de derivativos contratadas com a finalidade exclusiva de proteção a exposições financeiras passivas da Emissora;
- (c) não prestar fiança, aval ou qualquer tipo de garantia fidejussória e não alienar, empenhar, dar em garantia nem constituir qualquer tipo de ônus ou gravame em favor de qualquer terceiro sobre qualquer propriedade, receita ou ativo, presentes ou futuros, com exceção de garantias constituídas com relação às Debêntures;
- (d) não participar no capital social de qualquer sociedade e não adquirir quaisquer títulos conversíveis em ações, quotas, ou qualquer interesse patrimonial em qualquer entidade, exceto se essa alteração for decorrente do repasse de recursos previamente acordado com os Debenturistas;
- (e) não vender, transferir ou alienar ativos de qualquer natureza;
- (f) não adquirir ativos ou assumir obrigações de qualquer natureza, exceto pela (a) contratação de derivativos com o objetivo exclusivo de proteger posições financeiras passivas da Emissora; (b) realização de investimentos destinados à proteção do patrimônio da Emissora, incluindo todas as gestões administrativas necessárias à gestão destes investimentos, incluindo, mas não se limitando, a abertura de contas bancárias, observados os termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária; (c) pela utilização pela Emissora de seus recursos para serem dados em garantia de qualquer operação de captação de recursos junto a instituições financeiras ou investidores, celebrados por qualquer das empresas controladas pela OHL Concesiones; (d) pela realização de qualquer forma de captação de recursos entre a Emissora e a Partícipes;
- (g) comunicar imediatamente os Debenturistas sobre qualquer fato relevante que seja do seu conhecimento e que possa vir a afetar o desempenho financeiro ou operacional de qualquer das Partes Obrigadas;
- (h) enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social ou realizar qualquer aditamento ao seu estatuto;
- (i) enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social;



- (j) não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas;
- (k) informar ao Agente Fiduciário a contratação de qualquer operação de hedge realizada pela Emissora ou qualquer outra controlada da OHL Concesiones para proteger os recursos financeiros oriundos da Emissão, operações estas que deverão ser contratadas de forma que o risco de crédito associado às referidas operações de hedge não contem com nenhuma das garantias da Emissão;
- (l) atender de forma eficiente às solicitações da CETIP, dos titulares de Debêntures e do Agente Fiduciário que possam interessar à CETIP, ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, conforme aplicável, observadas as limitações legais e regulamentares a que está sujeita a Emissora;
- (m) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento previsto na Cláusula 4.11.1 desta Escritura de Emissão;
- (n) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua capacidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (o) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita;
- (p) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil ou em suas respectivas jurisdições;
- (q) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Banco Mandatário, o Agente Escriurador, o Agente Fiduciário e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND), mantendo as Debêntures registradas, durante toda a sua vigência, no SND;
- (r) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos



incorridos, desde que a preço de mercado, em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;

- (s) fornecer, mediante solicitação do Agente Fiduciário, dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social e de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de demonstrativo de apuração dos Índices Financeiros previstos na alínea "v" da Cláusula 4.11 acima, com sua respectiva memória de cálculo;
- (t) fazer com que os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão sejam depositados em uma conta vinculada mantida junto ao Coordenador Líder e que sejam utilizados exclusivamente de acordo com o disposto na Cláusula 3.5;
- (u) manter, ou fazer com que sejam mantidas, válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, bem como da Companhia Brasileira, exceto no que se referirem a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;
- (v) exceto com relação àqueles pagamentos questionados, de boa fé, na esfera judicial ou administrativa ou cujo não pagamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal e de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária;
- (w) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (i) para a validade ou exequibilidade das Debêntures; e (ii) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (x) comunicar os Debenturistas e o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que, nos termos das leis e regulamentos vigentes, possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas.



- (y) arquivar as atas das AGEs e das RCAs na JUCESP e publicá-las no (a) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (b) DCI – Diário do Comércio Indústria & Serviços, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações;
- (z) informar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices Financeiros;
- (aa) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora;
- (bb) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (cc) apresentar, por meio desta Escritura de Emissão e dos demais documentos relacionados à Oferta Restrita, declarações e informações verdadeiras, consistentes, completas e corretas na data em que foram prestadas, comprometendo-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora tornem-se imprecisas, inconsistentes, incompletas ou incorretas, em relação à data em que foram prestadas;
- (dd) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”);
- (ee) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da Comunicação de Encerramento da Oferta Restrita, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (ff) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (i) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação;
- (gg) fazer com que seja incluída, no Contrato de Empréstimo, disposição acerca do vencimento antecipado das obrigações da Partícipes no âmbito desse contrato na ocorrência de um Evento de Inadimplemento, nos termos desta Escritura de Emissão;



Handwritten signature and initials.

- (hh) não alterar o Contrato de Empréstimo, salvo se as alterações forem necessárias para o cumprimento, pela Emissora, das obrigações assumidas no âmbito da Emissão; e
- (ii) informar o Agente Fiduciário sobre toda e qualquer alteração realizada no Contrato de Empréstimo.

5.2. As despesas a que se refere a Cláusula 5.1 (r) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal, Varas da Justiça Estadual, e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 30 (trinta) dias corridos;
- (c) despesas de viagem, alimentação, transporte e estada de seus agentes, quando estas sejam razoavelmente necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 5.1(r) acima, desde que nenhum dos Eventos de Vencimento Antecipado tenha ocorrido, caso em que se aplicará o disposto na Cláusula 5.2.1 abaixo;
- (d) despesas com especialistas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures;
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (f) despesas ou indenizações eventualmente pagas em decorrência da constituição das garantias previstas na Cláusula 4.13.

5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais e extrajudiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

5.2.2 Quaisquer despesas em valor superior a R\$5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser previamente aprovadas pela Emissora.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 (“Instrução CVM 28”);
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

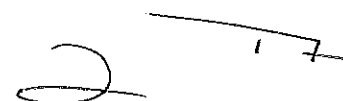


- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão; e
- (j) verificará, na forma prevista no inciso IX do Art. 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição das garantias descritas na Cláusula 4.13, bem como sua suficiência e exequibilidade.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) parcelas anuais de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º(quinto) dia após a integralização da capitalização das debêntures, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subsequentes;
- (b) na ocorrência de um Evento de Inadimplemento, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$100,00 (cem reais) por hora-homem de trabalho dedicado à atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para (i) assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação de suas condições, (ii) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturistas e Assembleia Geral de Debenturistas; e (ii) implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas;
- (c) as parcelas serão atualizadas, na menor periodicidade admitida em lei, pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV"), ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a serem corrigidos anualmente desde a data de pagamento da primeira parcela até a data de pagamento de cada parcela, calculados pro-rata dia se necessário;



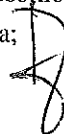
- (d) a remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na escritura, como configuradores de vencimento antecipado;
- (e) as parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS, PIS, CSLL, COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de pagamento; e
- (f) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos estará sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.5. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;



- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento da solicitação;
- (h) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, conforme procedimento previsto nesta Escritura de Emissão;
- (i) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (j) elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (vii) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;



- (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (ix) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora, conforme aplicável;
 - (x) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;
 - (xi) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
 - (xii) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como Agente Fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) o valor da emissão; (iii) a quantidade e espécie das debêntures emitidas; (iv) o prazo de vencimento das debêntures; (v) o tipo e valor dos bens dados em garantia, bem como a denominação dos garantidores; e (vi) os eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (k) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CETIP; e
 - (iv) nas respectivas sedes dos Coordenadores.
- (l) notificar, às expensas da Emissora, os titulares de Debêntures, na forma prevista na Cláusula 4.17 acima, para comunicar que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (m) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;



- (n) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (o) notificar os titulares de Debêntures, na forma prevista na Cláusula 4.17 acima, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CETIP;
- (p) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (q) realizar os cálculos previstos na Cláusula 4.13.1.1 e intimar a Emissora e a Partícipes a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, ou mesmo conforme previsto na Cláusula 4.13.1 acima;
- (r) verificar a regularidade da constituição das garantias reais bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- (s) solicitar à Emissora, ao final de cada trimestre e exercício social, cópia do demonstrativo de apuração dos Índices Financeiros previstos na alínea “v” da Cláusula 4.11 acima, com sua respectiva memória de cálculo.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) executar as garantias descritas na Cláusula 4.13, bem como quaisquer outras garantias que venham a ser constituídas em favor dos Debenturistas, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas; e



- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.



Handwritten signature and a horizontal line.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 2.1.3.

6.7.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 4.17 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

6.8. O Agente Fiduciário declara, para fins da Instrução CVM 28, que atua como agente fiduciário da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública, da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Debêntures da Intervias” e “Inervias”, respectivamente), com vencimento em 15 de março de 2015, em que foram emitidas 307.947 (trezentos e sete mil e noventa e sete mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$307.947.000,00 (trezentos e sete milhões, novecentos e quarenta e sete mil reais). Até a presente data ocorreram eventos de amortização, conforme previsto na respectiva escritura de emissão, não tendo sido verificado qualquer evento de conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as Debêntures da Intervias foram garantidas por penhor de ações da Intervias, cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes da exploração das praças de pedágio e cessão fiduciária dos direitos creditórios de indenização, conforme previsão na escritura de emissão.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.



17

7.5. Independentemente de quaisquer formalidades relacionadas a convocação e instalação de Assembleias Gerais de Debenturistas, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos Debenturistas.

7.6. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuge. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

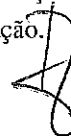
7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.10. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures.

7.11. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

7.12. As alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração das Debêntures, (ii) a Data de Pagamento da Remuneração, (iii) a Data de Vencimento das Debêntures, (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) a alteração, substituição ou o reforço das garantias; (vi) os Eventos de Vencimento Antecipado, incluindo, mas não se limitando aos Índices Financeiros; e/ou (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula Sétima dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.



Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob forma regular de acordo com as leis de sua jurisdição e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Colocação (“Documentos da Oferta”) e o cumprimento de suas respectivas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida;
- (c) os representantes legais das Partes Obrigadas que assinam os Documentos da Oferta têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações estabelecidas em tais instrumentos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) os Documentos da Oferta constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) a celebração dos Documentos da Oferta dos quais é parte e a colocação das Debêntures não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais seja parte nem resultarão em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens, exceto pelos ônus decorrentes da presente Emissão;
- (f) está devidamente autorizada a celebrar os Documentos da Oferta dos quais é parte e a cumprir com suas respectivas obrigações, e obteve todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovações societárias, à emissão das Debêntures, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) suas operações e propriedades cumprem, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor; não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra si, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa razoavelmente ter um Efeito Adverso Relevante (conforme definido na Cláusula 8.3 abaixo);

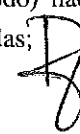


Handwritten signature and initials.

- (h) declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (i) cujo não pagamento não poderia acarretar um Efeito Adverso Relevante ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Parte Obrigada, conforme o caso, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (i) cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (j) cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, (i) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé e (ii) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (k) nesta data, (i) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades; (ii) está observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as disposições de seu estatuto social e quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Adverso Relevante; (iii) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, a legislação em vigor nas jurisdições em que se encontra; e (iv) o cumprimento de suas obrigações decorrentes dos Documentos da Oferta e da emissão das Debêntures não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro.



- (l) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra si, que poderia, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Adverso Relevante;
- (m) mantém cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que está engajada; não tem qualquer razão para acreditar que não conseguirá renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obtiver cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria em Efeito Adverso Relevante;
- (n) mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; e (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas em sua jurisdição e para manter contabilidade de seus ativos;
- (o) possui e detém o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, software e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-la a continuar conduzindo, em todos os aspectos relevantes, seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto em situações em que a falta do respectivo título não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (p) na data de liquidação das Debêntures e, imediatamente após a colocação das Debêntures, será solvente, nos termos da legislação a que se sujeita;
- (q) não omitiu dos Coordenadores nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Efeito Adverso Relevante;
- (r) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas aos Coordenadores anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;



- (s) suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, se aplicável, são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos relevantes na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a sua posição financeira e patrimonial, seus resultados, operações e fluxos de caixa no período a que se referem e foram auditadas, tendo sido emitidos pareceres sem ressalva pelos auditores independentes e, desde 31 de dezembro de 2011, não houve nenhum impacto adverso na sua situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios e não houve aumento substancial no endividamento da Emissora que possa afetar de maneira negativa a assunção e o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Contrato, dos Contratos de Garantia e das Debêntures, conforme aplicável;
- (t) suas demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos em sua jurisdição, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum fato que pudesse razoavelmente causar um Efeito Adverso Relevante;
- (u) seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou no exterior ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição;
- (v) todas as declarações que constam dos Documentos da Oferta são, na data de assinatura deste Contrato, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;
- (w) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, até a data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa a assunção e o cumprimento das suas obrigações decorrentes Documentos da Oferta;
- (x) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados e não pagos;
- (y) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão, com garantia real e com esforços



restritos de colocação, dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta;

- (z) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (aa) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

8.2. As Partes Obrigadas declaram e garantem, em relação à Companhia Brasileira, que:

- (a) a Companhia Brasileira é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob forma regular de acordo com as leis do Brasil, com registro de companhia aberta perante a CVM, e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) as informações constantes do formulário de referência elaboradas pela Companhia Brasileira nos termos da Instrução CVM n.º480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), e disponível na página da CVM na Internet ("Formulário de Referência da Companhia Brasileira") são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (c) o Formulário de Referência da Companhia Brasileira (i) contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento da Companhia Brasileira, suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Emissora e quaisquer outras informações relevantes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 480;
- (d) não há outros fatos relevantes em relação à Companhia Brasileira não divulgados no Formulário de Referência da Companhia Brasileira, cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência da Companhia Brasileira seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente;
- (e) a celebração dos Documentos da Oferta não infringe disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia Brasileira seja parte nem resultará em (i) vencimento



antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens;

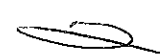
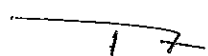
- (f) as operações e propriedades da Companhia Brasileira estão de acordo, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor; não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra si, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa razoavelmente ter um Efeito Adverso Relevante, exceto conforme descrito no Formulário de Referência da Companhia Brasileira;
- (g) a Companhia Brasileira declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (i) cujo não pagamento não poderia acarretar um Efeito Adverso Relevante ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Companhia Brasileira, conforme o caso, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, exceto se de outra forma constar do Formulário de Referência da Companhia Brasileira;
- (h) a Companhia Brasileira cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (i) a Companhia Brasileira cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, (i) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé, (ii) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante e (iii) exceto se estiver se outra forma esclarecido no Formulário de Referência da Companhia Brasileira;
- (j) a Companhia Brasileira, nesta data, (i) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades; (ii) está observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as disposições de seu estatuto social e quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras,



17

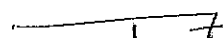
empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Adverso Relevante; (iii) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, a legislação em vigor nas jurisdições em que se encontra ou tem atividades; e (iv) os Documentos da Oferta e a emissão das Debêntures não resultarão em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;

- (k) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra a Companhia Brasileira, que poderiam, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Adverso Relevante;
- (l) a Companhia Brasileira mantém cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que está engajada; não têm qualquer razão para acreditar que a Companhia Brasileira não conseguirá renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obtiver cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria em Efeito Adverso Relevante;
- (m) a Companhia Brasileira mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; e (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas em sua jurisdição e para manter contabilidade de seus ativos;
- (n) a Companhia Brasileira possui e detém o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, software e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-la a continuar conduzindo, em todos os aspectos relevantes, seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto em situações em que a falta do respectivo título não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (o) na Data de Liquidação e, imediatamente após a colocação das Debêntures, a Companhia Brasileira será solvente, nos termos da legislação a que se sujeita;



- (p) as demonstrações financeiras da Companhia Brasileira e das Partes Obrigadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos relevantes na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a suas respectivas posições financeiras e patrimoniais, seus resultados, operações e fluxos de caixa no período a que se referem e foram auditadas, tendo sido emitidos pareceres sem ressalva pelos auditores independentes, e desde 31 de dezembro de 2011, não houve nenhum impacto adverso nas suas respectivas situações financeiras e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Companhia Brasileira e/ou as Partes Obrigadas fora do curso normal de seus negócios e não houve aumento substancial no endividamento da Companhia Brasileira ou das Partes Obrigadas, que possa afetar de maneira negativa a assunção e o cumprimento de suas obrigações;
- (q) as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum fato que pudesse razoavelmente causar um Efeito Adverso Relevante;
- (r) os bens da Companhia Brasileira não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou no exterior ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição;
- (s) não há quaisquer títulos de emissão ou sacados contra a Companhia Brasileira que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados e não pagos.

8.3 Para fins desta Cláusula Oitava, “Efeito Adverso Relevante” significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre qualquer das Partes Obrigadas ou da Companhia Brasileira, sejam estes eventos políticos, conjunturais econômicos e/ou financeiros, que alterem as condições de mercado, ou modifiquem adversamente e de forma relevante a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora e / ou seus controladores, suas controladas e coligadas, de modo a afetar a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações decorrentes dos Documentos da Oferta.



Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser realizadas por escrito e encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

SPI – SOCIEDADE PARA PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A.

Rua Joaquim Floriano, n.º 913 – 3º andar

CEP 04534-013 São Paulo - SP

At.: Antonio Isaac Issa / Felipe Ezquerria Plasencia / Maria de Castro Michielin / Marcio Augusto Travain

Telefone: (11) 3074-2404

Fac-símile: (11) 3074-2405

E-mail: aissa@ohlbrasil.com.br / felipe.ezquerria@ohlconcesiones.com / mariamichielin@ohlbrasil.com.br
/ marcio.travain@ohlbrasil.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, 4.200, Bloco 04, Sala 514

CEP 22640-102 Rio de Janeiro - RJ

At.: Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Nathalia Machado (Jurídico)

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º. Andar

Cidade de Osasco

São Paulo – SP

Att.: José Donizetti de Oliveira / João Batista de Souza

Telefone: (11) 3684-3749 / 3684-7911

Fac-símile: (11) 3684-2714

E-mail: 4001.donizetti@bradesco.com.br / 4001.jbsouza@bradesco.com.br

Para a CETIP S.A. – Mercados Organizados:

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

CEP 01452-001 São Paulo - SP

Att.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

DIRJUR



Fac-símile: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues ao destinatário (i) sob protocolo, "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama, nos endereços acima; ou (ii) quando da confirmação do recebimento da transmissão via fax (answer back), via e-mail, ou qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Será considerada válida a confirmação do recebimento via fax, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras Partes por aquela que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou



A handwritten signature, possibly "2", written below the stamp.

registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

Cláusula Onze – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

11.1 Sem prejuízo da possibilidade de o Agente Fiduciário iniciar no foro da Cidade de São Paulo execução por quantia certa fundada nesta Escritura de Emissão, as Partes enviarão seus melhores esforços para alcançar um acordo sobre uma disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada a esta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão ou violação desta Escritura de Emissão ("Controvérsia").

11.2 As Partes convencionam que toda e qualquer Controvérsia será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). O procedimento arbitral terá: (i) sede na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil.

11.3 A recusa, por qualquer Parte, em celebrar termo de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às Partes.

11.4 As Partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento posterior do mérito de tal medida pelo Tribunal Arbitral. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a



Handwritten signature and a horizontal line with a small mark.

medida cautelar. As Partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à cláusula compromissória ou sujeição das Partes à arbitragem.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário a Partícipes e a OHL Concessionares, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

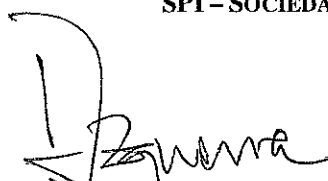
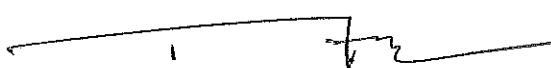
São Paulo, 26 de abril de 2012.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]

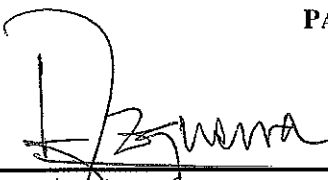
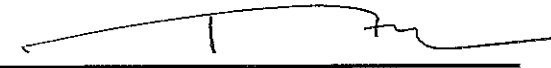


Página de assinatura 1/2 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da SPI – Sociedade para Participações em Infraestrutura S.A.


SPI – SOCIEDADE PARA PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A.

	
Nome: Felipe Ezquerro Plasencia	Nome: Antonio Isaac Issa
Cargo: Diretor	Cargo: Diretor

PARTÍCIPIES EN BRASIL S.L., UNIPERSONAL

	
Nome: Felipe Ezquerro Plasencia	Nome: Antonio Isaac Issa
Cargo: Promotor	Cargo: Promotor

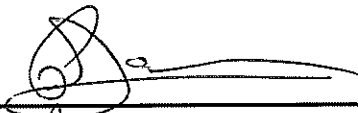
OHL CONCESIONES, S.A.,

	
Nome: Felipe Ezquerro Plasencia	Nome:
Cargo: Promotor	Cargo:



Página de assinatura 2/2 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da SPI – Sociedade para Participações em Infraestrutura S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Paulo Luiz Ferreira
Cargo: Assessor

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:





